

Comentário do Comandante Almeida Moura (Conselheiro Deontológico da AOFA) à polémica entre o CEMFA e o MDN sobre a falta de Pilotos Comandantes que já impossibilita a presença de uma tripulação completa na Região Autónoma da Madeira

Os artigos que dão origem à polémica

CEMFA - FAP perdeu 60 por cento dos seus pilotos comandantes_razão pela qual o Destacamento na ilha do Porto Santo está parcialmente operacional

<http://noticias.pt.msn.com/fap-perdeu-60-por-cento-dos-seus-pilotos-comandantes>

Ministro da Defesa garante que busca e salvamento na Madeira está salvaguardada e que é ao CEMFA que compete gerir os recursos de modo a poder cumprir as missões"

<http://noticias.pt.msn.com/ministro-da-defesa-garante-que-busca-e-salvamento-na-madeira-est%C3%A1-salvaguardada>

O Comentário do Comandante Almeida Moura

Imaginemos que surge uma situação de emergência. Imaginemos que a Força Aérea consegue, com o esforço grande que o CEMFA reconhece que está a ser feito, colocar um comandante em Porto Santo, de modo a resolver aquela situação de emergência. Imaginemos que algo corre mal, e que o inquérito subsequente conclui ter esse “algo correr mal” sido causado por falta de treino da guarnição da aeronave. Pergunto: quem vai arcar com todas as responsabilidades - o ministro? o CEMFA? alguém “mais abaixo na hierarquia” (e “mais à mão”)?

Antes de responderem, peço-vos que se lembrem do que aconteceu não há muito tempo: a morte do Presidente da Polónia, após queda do avião que o transportava para a Rússia, deu origem a um inquérito, o qual concluiu ter havido “falta de treino da guarnição”. Resultado: os Chefes Militares foram substituídos imediatamente. Os políticos, que tinham “cortado nas despesas”, mantiveram-se nos seus lugares. Ah, nenhum dos mortos no acidente “regressou”. Perante este possível cenário, ponho esta questão: sujeito a uma grande pressão política para resolver uma situação de emergência de muito elevado risco, e nas actuais condições de manutenção de meios e de treino de pessoal, o Chefe Militar vai ser prioritariamente leal aos seus subordinados, ou ao poder político que o nomeou? Esta pergunta não é subversiva: tem a ver com a Dignidade dos Militares, com a Dignidade dos Seres Humanos, com o facto de que o juramento que os militares fazem de irem “até ao sacrifício da própria vida”, não os transforma nem em suicidas, nem em masoquistas. Nem dá a nenhum político – seja qual for a sua “côr” partidária - , o direito de olhar para os militares como meros instrumentos ao seu dispor sempre que assim o entendam, sejam quais forem as circunstâncias.

Relevo que o Estado português ratificou o Estatuto de Roma, que estabelece –a meu ver, com suficiente clareza – uma inequívoca hierarquia de responsabilidades, a que o poder político (que num Estado democrático se situa no nível mais elevado dessa hierarquia!) não pode eximir-se.